

“Satisfação do governo dos EUA”

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

“O Brasil passa por intenso processo de desaceleração econômica e não é esse acordo que vai fazer com que a economia cresça neste ano à taxa de 6%.” A declaração é do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ao rebater ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, as críticas de que o valor do financiamento de US\$ 5,8 bilhões dos bancos credores é pouco para elevar a taxa do Produto Interno Bruto (PIB) em 6% em 1988.

Ferreira Nóbrega também aproveitou para dizer que o governo não espera unanimidade no apoio ao entendimento acertado com os credores no sábado — “porque não há unanimidade no processo democrático” — e revelou-se surpreendido com as colocações de “alguns economistas, técnicos da confrontação, que criticam o governo por não ter-se endividado mais”.

Os US\$ 5,8 bilhões acerta-



James Baker III

dos com os bancos credores como financiamento de médio prazo — o prazo ainda não está definido — revelam-se, segundo o ministro, como suficientes para cobrir as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos deste ano e proteger as reservas internacionais do País. “Mais do que isso, representaria au-

mento do endividamento externo.”

Mas o ministro da Fazenda recebeu também manifestações de apoio. Ontem, antes de sair do ministério para a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), realizada no Palácio do Planalto, Ferreira da Nóbrega recebeu do secretário de Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, um telefonema: “Ele me transmitiu a satisfação do governo norte-americano de ver o Brasil chegando a um acordo de intenções depois de muito tempo e eu agradeço o apoio importante que recebemos das entidades do governo norte-americano”. O ministro da Fazenda informou que a convocação da reunião do CDE foi feita para que expusesse aos demais ministros-membros os acordos arrematados no sábado com o comitê de bancos credores.

O consenso acerca de pontos considerados básicos deve ter, na expectativa do ministro, o efeito positivo “da redu-

ção ou eliminação de incertezas” e, lembrando que não é o acordo definitivo, qualificou o avanço de sábado como o passo mais importante dado sobre a questão do acordo externo nos últimos três anos.

A incidência de uma taxa de incentivo à adesão de 0,375% para os bancos que primeiro aceitarem ingressar no financiamento de US\$ 5,8 bilhões — o prazo da adesão também não está definido —, além do “spread” de 0,8125%, vai representar um gasto adicional de no máximo US\$ 19 milhões para o governo brasileiro, se todos os bancos aderirem e tiverem direito à taxa de incentivo, valor que Ferreira da Nóbrega reputa “como pequeno” frente ao montante negociado.

A coleta de adesões para o financiamento, assim como para os demais termos do acordo que só deverá estar redigido em fins de março, deve ser iniciada em abril e não se espera que o acordo com os bancos seja assinado antes de junho.